



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comitê Estratégico de Governança - CEG

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO 2025				
Membros do CEG				
Unidade	Membro Titular	Presença	Membro Substituto	Presença
GM	Antônio Waldez Góes da Silva	Ausente	Valder Ribeiro de Moura	Presente
SE	Valder Ribeiro de Moura	Presente	Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva	Presente
SNFI	Eduardo Corrêa Tavares	Presente	Fabiola Caroline Furtado Barros Carneiro	Presente
SDR	Daniel Alex Fortunato	Ausente	João Mendes da Rocha Neves	Presente
SEDEC	Wolnei Wolff Barreiros	Presente	Paulo Roberto Farias Falcão	Ausente
SNSH	Giuseppe Serra Seca Vieira	Ausente	Bruno Cravo Alves	Ausente

Unidade	Palestrantes	Cargo	Presença
DIGEC	Marina Soares Almeida	Diretora	Presente
CGSL/DA	Paulo Augusto Souza Bandeira	Coordenador	Presente
AECI	Flávia Amaral Silva de Sousa	Chefe de Assessoria	Presente
CGPE/DIGEC	Sérgio Queiroz	Coordenador-Geral	Presente
DIORF	Emerson Guimaraes Dal Sechi	Diretor	Presente
CGSL/DA	Guilherme Macedo Prudente	Coordenador	Presente
OUIDORIA	Paula El Jaick	Ouidora	Presente

Instituição	Equipe de apoio	Cargo	Presença
CGPRO/DIGEC	Katlen Andrade Eutáquio	Coordenadora-Geral	Presente
CGPRO/DIGEC	Guilherme Maciel Carvalho	Coordenador de Governança	Presente
CGPRO/DIGEC	Willian Ygor Lima Queiroz	Assistente Administrativo	Presente
CGPRO/DIGEC	Carolina de Sousa Aquino	Analista Técnica	Presente
CGPRO/DIGEC	Caroline Angelica Moreira	Coordenadora de Projeto	Presente

1. Dados Gerais

Data: 25 de setembro de 2025; 15h às 16h30

Local: Sala de Monitoramento, 6º andar Bloco E

Objetivo: 3ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico de Governança - CEG

2. Pauta

- Portaria que "Estabelece Critérios, Padrões e Procedimentos para Uso dos Dados Geoespaciais e das Geotecnologias no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional" – Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados – CGDSP; **Item deliberativo;**
- Manual Técnico de Padronização das Coletas de Dados em Campo em Vistorias de Obras - Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados – CGDSP; **Item deliberativo;**
- Manual Técnico de Padronização dos Dados Vetoriais do PAC - Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados – CGDSP; **Item deliberativo;**
- Plano Diretor de Logística Sustentável – Coordenação-Geral de Suporte e Logística – CGSL; **Item deliberativo;**
- Portaria que dispõe sobre o Fluxo de Disponibilização e Atualização das Informações em Transparência Ativa - Assessoria Especial de Controle Interno - AECI; **Item deliberativo;**

6. Monitoramento do Planejamento Estratégico Integrado do MIDR - PEI 2023-2027 - Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPE;
7. Orçamento 2025 – Diretoria de Orçamento e Finanças - DIORF;
8. Relatório de Riscos das Contratações - 1º semestre 2025 – Coordenação-Geral de Suporte e Logística - CGSL;
9. Gestão de Riscos – Assessoria Especial de Controle Interno - AECI; e
10. Panorama sobre a Implementação de Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Ministério - Ouvidoria.

3. Principais Discussões e Encaminhamentos

O Secretário-Executivo, Sr. Valder Ribeiro de Moura, como Coordenador do Comitê Estratégico de Governança - CEG, agradeceu a presença de todos e destacou a relevância da pauta e o engajamento das áreas técnicas do MIDR nas ações de governança, que refletem o esforço conjunto das unidades do Ministério na consolidação da estratégia institucional. Enfatizou que os temas abordados — como portarias técnicas, plano de logística sustentável, gestão de dados, orçamento, contratações e riscos — são resultado de um trabalho integrado e contínuo. Em seguida, passou a tratar do primeiro item de pauta.

Proposição nº 1:

Portaria que "Estabelece Critérios, Padrões e Procedimentos para Uso dos Dados Geoespaciais e das Geotecnologias":

A Coordenadora do Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados - CGDSP, Sra. Marina Soares Almeida, iniciou a fala informando que, a partir da deliberação realizada no âmbito daquele Comitê, apresentou três assuntos devidamente discutidos e instruídos para serem deliberados no âmbito do CEG. Dessa forma, apresentou a primeira proposição que tratou da minuta de portaria que estabelece critérios e procedimentos para uso de dados geoespaciais e geotecnologias no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A proposta visa assegurar qualidade, interoperabilidade, segurança e sustentabilidade da infraestrutura de dados. Informou ainda, o detalhamento das responsabilidades da Coordenação-Geral de Inteligência Geoespacial - CGIGeo, da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI e das unidades finalísticas, além do fluxo de curadoria técnica e executiva.

O item foi aprovado por unanimidade.

Proposição nº 2:

Manual Técnico de Padronização das Coletas de Dados em Campo em Vistorias de Obras:

Assunto também discutido no âmbito do CGDSP, a Sra. Marina Soares Almeida deu continuidade à fala e apresentou a proposição do manual técnico de padronização das coletas de dados em campo em vistorias de obras. Informou que embora não seja um ato normativo, o manual tem caráter obrigatório e visa uniformidade, consistência e transparência. As coletas deverão ser realizadas por meio de aplicações institucionais, com validação técnica e homologação executiva. Os dados deverão ser compatíveis com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e armazenados no banco corporativo. A proposta também inclui prazo de 90 dias para adequação das ferramentas existentes, reforçando a governança e a centralização dos dados.

O item foi aprovado por unanimidade.

Proposição nº 3:

Manual Técnico de Padronização dos Dados Vetoriais do PAC:

A Sra. Marina Soares Almeida continuou a fala e apresentou a terceira proposição discutida no CGDSP. Apresentou a proposta do manual técnico de padronização dos dados vetoriais do PAC, o qual busca garantir consistência e integração das bases cartográficas associadas aos empreendimentos do Ministério. Informou ainda, que sua construção foi colaborativa, envolvendo diversas áreas técnicas e vinculadas, e define elementos por tipo de obra, modelo de dados geodatabase, que padroniza nomenclatura de arquivos, sistema geodésico (SIRGAS 2000), entre outros parâmetros técnicos, o que garante a integridade e interoperatividade.

O item foi aprovado por unanimidade.

Proposição nº 4:

Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS:

O Coordenador de Serviços Gerais da Coordenação-Geral de Suporte Logístico, Sr. Paulo Augusto Souza Bandeira, iniciou sua fala informando que o Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS é um instrumento obrigatório para contratações sustentáveis do Ministério, alinhado à legislação vigente e à Agenda 2030. Foi elaborado por comissão específica e contempla diretrizes para consumo consciente, gestão de resíduos, eficiência energética e qualidade de vida dos servidores, com metas e indicadores definidos.

A estrutura do plano foi dividida em duas etapas: elaboração e gestão. O diagnóstico foi feito com base em análise SWOT e riscos utilizando modelo disponibilizado pelo MIDR. Destacou que o plano está alinhado ao planejamento estratégico institucional, à Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Informou ainda, que o documento prevê ações de engajamento, capacitação e conscientização, que, em fase subsequente, será necessário estabelecer colaboração com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP para fortalecer e viabilizar as ações previstas. A gestão do plano será acompanhada por comissão específica, garantindo a execução das metas e a integração com os instrumentos de planejamento e sustentabilidade do Ministério.

O item foi aprovado por unanimidade.

Proposição nº 5:**Portaria que Dispõe sobre o Fluxo de Disponibilização e Atualização das Informações em Transparência Ativa:**

A Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sra. Flavia Amaral Silva de Sousa, apresentou a proposta de portaria informando que seu conteúdo regulamenta o fluxo de disponibilização e atualização das informações de transparência ativa. A proposta visa consolidar obrigações legais, como a Lei de Acesso à Informação - LAI, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, e orientações da Controladoria-Geral da União - CGU, em um único instrumento normativo, promovendo clareza de responsabilidades entre as unidades.

Explicou que a portaria reforça a necessidade de linguagem acessível e conteúdo relevante para o controle social, além de definir fluxos internos para atualização de informações no site institucional. A responsabilidade pela transparência ativa é compartilhada entre todas as áreas, com apoio da Ouvidoria e da AECI, que também atua como autoridade de monitoramento.

Foi destacada a importância de manter atualizado o site do Ministério, com informações nas seções como "Quem é Quem", por exemplo, e de divulgar penalidades aplicadas às empresas, como forma de garantir a integridade e a confiança pública. Informou ainda, que a portaria será acompanhada por anexos que detalham prazos, responsabilidades e conteúdos obrigatórios.

O item foi aprovado por unanimidade.

Item nº 1, não deliberativo:**Monitoramento do Planejamento Estratégico Integrado do MIDR - PEI 2023-2027:**

O Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Antônio Sérgio Malaquias Queiroz Filho, informou que após consolidação da revisão do Planejamento Estratégico Integrado - PEI serão iniciadas as reuniões de monitoramento, chamadas Reuniões de Acompanhamento Operacionais - RAOs do PEI. Explicou que essas reuniões ocorrerão com cada Secretaria finalística, separadamente.

Após essa explanação, informou que foram selecionadas iniciativas que apresentaram queda na qualidade do monitoramento, o que motivou a realização de reuniões específicas com as unidades para identificar entraves e propor soluções. Ademais, foi apresentada uma análise detalhada do monitoramento do Plano, após a revisão do PPA no primeiro semestre, sendo as iniciativas selecionadas de cada Secretaria finalística, conforme listado. A situação de cada iniciativa foi apresentada pelo membro de sua Secretaria, que seguiu a ordem abaixo:

SDR: A iniciativa relacionada ao Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional enfrenta dificuldades na fase de implementação, especialmente pela ausência de servidores de Tecnologia da Informação. A falta de estrutura tem impedido a operacionalização das bases de dados, o que foi apontado como um dos principais desafios, inclusive em relatório recente do Tribunal de Contas da União - TCU.

SNSH: A Secretaria dividiu os temas por três departamentos:

- **DOH:** A Unidade destacou as Iniciativas "Implantação da Adutora Transparaíba - Ramal Curimataú/ 2ª etapa" e "Articulação para aprovação do Projeto de Lei do Marco Hídrico (PL n.4546/2021)" ambas com entraves semelhantes. Persistem dificuldades na comunicação entre estado da Paraíba e MIDR para gestão de informações pertinentes ao empreendimento por parte da Pasta Ministerial.
- **DIR:** Há restrições orçamentárias e de recursos humanos para a Iniciativa "Desenvolvimento dos Planos Diretores nacional e estaduais de Irrigação como um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação", o que exigiu alteração no prazo das metas pactuadas para 2025, implicando necessidade de dilação de prazo.
- **DRHB:** Foi destacada a última etapa da implantação da região Centro-Oeste, que pertence à iniciativa "Melhoria do monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH", com previsão de nacionalização do sistema. Apesar de problemas pontuais, a implantação segue avançando, com expectativa de anúncio oficial pelo Presidente da República.

DTI: A diretoria apresentou avanços na estruturação da área de tecnologia, com destaque para a migração do sistema IDAP para um novo ambiente. Problemas de hardware foram resolvidos, e a equipe está trabalhando para garantir estabilidade durante eventos e operações críticas.

SEDEC: O atributo "Nacionalização do projeto Defesa Civil Alerta - 2025 " foi colocado em evidência devido a instabilidades e impossibilidade de uso da plataforma IDAP por onde os alertas são gerados.

SNFI: A iniciativa de atualização dos decretos nº 4.212, de 26 de abril de 2002 e nº 4.213, de 26 de abril de 2002 foi retomada após movimentações em 2021 e 2022, por solicitação do TCU. O processo está em fase de diálogo interno e foi priorizado para os próximos dois meses.

Gestão de Pessoas: A unidade enfrenta dificuldades recorrentes de pessoal, mas está com seis processos abertos para reforço da equipe. Parte das solicitações já foi encaminhada para liberação, com expectativa de recomposição em breve.

Orçamento: A equipe destacou que o decreto anterior nº 12.448, de 30 de abril de 2025 já está defasado, com novo decreto previsto para o dia 30 de setembro. A principal inovação foi a eliminação do contingenciamento, permitindo empenho integral dos valores desbloqueados. Apesar das limitações financeiras, o Ministério tem conseguido manter a execução em dia, com apoio da Secretaria-Executiva e articulação junto à Casa Civil e ao Congresso.

Ouvidoria: A Unidade destacou o excesso de demanda e escassez de pessoal para progredir com a Iniciativa que trata de "Aumentar o número de demandas resolvidas no serviço de atendimento aos usuários".

Essa abordagem por unidade permitiu identificar os principais gargalos e avanços, reforçando a importância do monitoramento contínuo e da articulação intersetorial para garantir a execução das metas estratégicas do Ministério.

Item nº 2, não deliberativo:**Orçamento 2025:**

O Diretor de Orçamento e Finanças, Sr. Emerson Guimarães Dal Secchi, apresentou sobre o orçamento deste exercício, destacando o Decreto nº 12.566, de 30 de julho de 2025, que trouxe inovação ao estabelecer limites orçamentários sem contingenciamento. Informou que o controle da execução está sendo feito mês a mês, com apoio da Secretaria-Executiva e articulação junto à Casa Civil e ao Congresso Nacional para garantir os recursos necessários.

Explicou que, apesar do volume elevado de restos a pagar (R\$ 25 bilhões), o Ministério tem conseguido atender demandas emergenciais e finalísticas, como garantir o pagamento da Operação Carro-Pipa. A estratégia tem sido priorizar despesas obrigatórias e buscar conversões de recursos entre categorias (RP8 para RP2), garantindo maior flexibilidade.

Foi ressaltada, ainda, a importância de manter equilíbrio entre empenho e execução, especialmente no contexto do PAC e que o Ministério tem se destacado pela alta taxa de execução e pela capacidade de mobilização institucional, mesmo diante de restrições orçamentárias.

Item nº 3, não deliberativo:

Relatório de Riscos das Contratações - 1º semestre 2025:

O Coordenador de Licitações e Contratos da CGSL, Guilherme Macedo Prudente, apresentou o relatório do Plano de Contratações Anual - PCA de 2025 com um total de 64 contratações. Destas, 22 contratações são da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH, representando aproximadamente 99% do valor total do PCA, devido à natureza e ao porte das ações dessa secretaria. As demais 42 contratações estão distribuídas entre as outras áreas do Ministério.

Destacou que 65% das contratações foram incluídas de forma extemporânea, ou seja, fora do período regular de planejamento, e que essas representam 98% do valor total contratado. Esse dado revela uma dificuldade recorrente das áreas em prever suas demandas com antecedência, o que compromete o objetivo do PCA de promover planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Quanto ao andamento das contratações (excluindo a SNSH, que possui monitoramento próprio), das 42 contratações monitoradas:

- 18 estão em andamento, com processos em instrução;
- 11 já foram finalizadas;
- 13 ainda não foram iniciadas, sendo que parte delas ainda está dentro do prazo previsto para execução.

Em relação ao cumprimento de prazos:

- 21 contratações estão dentro do prazo;
- 14 estão em prazo iminente, exigindo atenção das áreas requisitantes;
- 7 estão em atraso, o que reforça a necessidade de ações corretivas.

O Sr. Guilherme M. Prudente reforçou a importância de que as áreas revisem, com atenção, o plano de 2026, atualmente em fase de elaboração, e que se atentem aos prazos e à previsibilidade das demandas. Enfatizou que o monitoramento contínuo e os alertas emitidos têm contribuído para avanços na cultura do planejamento institucional.

Item nº 4, não deliberativo:

Gestão de Riscos:

A Sra. Flavia Amaral Silva de Sousa, apresentou o panorama da gestão de riscos no Ministério com foco nos processos críticos e nas medidas mitigadoras. Informou que a matriz atual conta com 34 riscos críticos, 53 altos, 26 moderados e 25 baixos. Foram realizadas oficinas estratégicas, iniciando pela SDR, para identificar riscos associados aos objetivos estratégicos.

Informou ainda, que diversas ações foram concluídas, como os estudos na SEDEC e Secretaria de Fundos. No entanto, os riscos relacionados à integridade institucional têm sido os mais difíceis de mitigar, exigindo maior envolvimento das áreas.

Por fim, destacou que a Secretaria-Executiva tem apoiado o cumprimento dos prazos e a atualização dos planos de tratamento. Ademais, a gestão de riscos está sendo acompanhada de perto pelo TCU, especialmente em processos como o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Item nº 5, não deliberativo:

Panorama sobre a Implementação de Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Ministério:

Por fim, a Sra. Paula El Jaick de Barros Franco Yida, Ouvidora, apresentou as principais informações sobre o andamento da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no MIDR. A Ouvidoria juntamente com a AECI, exerce funções de autoridade de monitoramento da LGPD, que está sendo considerada um eixo transversal nas ações de governança digital, especialmente no que diz respeito à segurança da informação e à transparência ativa.

Foi enfatizado que o Plano de Transformação Digital precisa ser aprovado dentro do prazo específico, sob risco de impacto direto na gratificação dos servidores que atuam na área de tecnologia e transformação digital. A não aprovação do plano pode acarretar a perda da Gratificação de Qualificação - GQ vinculada ao cumprimento de metas institucionais, o que torna o tema urgente e estratégico para o Ministério.

A portaria de transparência ativa, embora não seja diretamente sobre a LGPD, incorpora suas diretrizes e reforça a necessidade de que todas as unidades estejam alinhadas às obrigações legais. A responsabilidade pela conformidade com a LGPD é compartilhada entre as áreas, e a Ouvidoria seguirá atuando na orientação e fiscalização do cumprimento das medidas, com foco na proteção de dados pessoais e na melhoria da comunicação com o cidadão.

Encaminhamentos finais e Supervisão Ministerial

Nos encaminhamentos finais, foi proposta a alteração da data da próxima reunião do CEG para 11 de dezembro, em função da reunião do CGDSP. A memória da reunião será elaborada e submetida à Secretaria-Executiva para posterior divulgação.

O Secretário-Executivo, Sr. Valder Ribeiro de Moura, destacou a importância da supervisão ministerial como instrumento de prestação de contas e fortalecimento da governança. Enfatizou que o MIDR tem se destacado entre os demais pela estruturação e acompanhamento das entregas.

Por fim, foi reforçada a relevância das ações de qualidade de vida, como as palestras mensais que abordam temas como saúde mental e clima organizacional. A Secretaria-Executiva solicitou apoio das secretarias para incentivar a participação dos colaboradores.

59000.000366/2025-98



Documento assinado eletronicamente por **Tito Livio Pereira Queiroz e Silva, Secretário-Executivo substituto**, em 15/10/2025, às 17:44, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wolnei Wolff Barreiros, Secretário(a) Nacional de Proteção e Defesa Civil**, em 15/10/2025, às 17:53, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiola Caroline Furtado Barros Carneiro, Secretária Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros - Substituta**, em 15/10/2025, às 19:21, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Mendes da Rocha Neto, Secretário(a) Substituto(a)**, em 15/10/2025, às 19:25, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Waldez Góes da Silva, Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional**, em 17/10/2025, às 10:10, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6182733** e o código CRC **0D131361**.